



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2021 DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

1 Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às treze horas e cinco
2 minutos, realizou-se a décima primeira sessão ordinária da Comissão Própria de Avaliação (CPA),
3 da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), exercício dois mil e vinte e um, por intermédio
4 de *webconferência*, sob a presidência da professora doutora *Leila Massaroni*, com a presença dos
5 demais membros da CPA: *Deborah Provetti Scardini Nacari*, *Lorena Neves Nobre de Freitas* e
6 *Margarete Farias de Moraes*; e dos convidados: *Marcos Renato Lorenção* (Procurador Educacional
7 Institucional) e *Rogério Naques Faleiros* (Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento
8 Institucional). A presidente da sessão, **Leila Massaroni**, declarou aberta a reunião. **Pauta: 1.**
9 **Diálogos com as Unidades Acadêmicas e Administrativas: Pró-Reitor de Planejamento e**
10 **Desenvolvimento Institucional (Proplan) e Procurador Educacional Institucional.** A representante
11 docente **Leila Massaroni** agradeceu aos convidados por terem aceito o convite de participação
12 nesta reunião. Justificou que a CPA preparou uma apresentação introdutória com o intuito de
13 fomentar um diálogo acerca de como realizar um trabalho conjunto para o estabelecimento de
14 uma cultura de avaliação institucional. A representante técnico-administrativo **Lorena Neves**
15 **Nobre de Freitas** realizou a apresentação que abrangeu os seguintes tópicos: para que serve a
16 autoavaliação?; Resolução 49/2016 – CUn; propostas de ações estratégicas para a avaliação
17 institucional no PDI 2020-2030; Projeto de Avaliação Institucional (PAI); dimensões da avaliação
18 e cinco eixos avaliativos; avaliação para credenciamento em 2010; diferenças: avaliação interna
19 e externa; propostas de ações estratégicas para a avaliação institucional no PDI 2021-2030; e
20 próximos passos (indagação). A representante docente **Leila Massaroni** efetuou um breve
21 histórico acerca da reestruturação da CPA e da constituição das atuais CPACs. Informou que
22 aguarda a publicação da portaria de nomeação dos novos membros da CPA, faltando somente a
23 indicação de um dos representantes da sociedade civil organizada. Declarou que fazem parte da
24 composição atual da CPA pessoas com experiência e/ou interesse em avaliação institucional.
25 Anunciou que a CPA funcionará provisoriamente na sala contígua à Superintendência de
26 Contabilidade e Finanças (SCF). Discorreu sobre integração de processos, cultura de avaliação e
27 parcerias institucionais no processo de autoavaliação. Ressaltou que a estruturação de redes para
28 disseminar a importância da autoavaliação institucional é um dos objetivos da CPA. Ponderou a
29 respeito de como estruturar a integração da CPA com a Pró-Reitoria de Planejamento e
30 Desenvolvimento Institucional (Proplan). A representante técnico-administrativo **Deborah**
31 **Provetti Scardini Nacari** narrou a experiência de acompanhar o modo como os diretores de centro
32 utilizaram os relatórios de avaliação como instrumento de gestão. Rememorou que o Pró-Reitor
33 Rogério Naques Faleiros, quando na direção do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE),
34 pautou a sua gestão nos resultados da avaliação institucional. Sublinhou os resultados positivos
35 que a parceria da direção do centro com a CPA acarretou aos cursos do CCCJE. Destacou a
36 atuação do pró-reitor na vigente gestão da Proplan. A representante técnico-administrativo
37 **Lorena Neves Nobre de Freitas** falou do propósito de fazer conhecido o processo de autoavaliação
38 institucional na Ufes, assim como de esclarecer a respeito das competências da CPA. Afirmou ser



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

39 importante conhecer os diferentes procedimentos da Instituição. Exemplificou que em reunião da
40 CPA com uma das Comissões Próprias de Avaliação de Centro (CPACs), questionou-se sobre se a
41 gestão da Universidade tem considerado a avaliação no que tange ao orçamento. O Procurador
42 Educacional Institucional, **Marcos Renato Lorenção**, realizou um breve histórico da autoavaliação
43 institucional na Ufes, pontuando o seu significativo progresso. Expôs que o processo de
44 avaliação institucional será beneficiado de modo mais preciso se toda a comunidade universitária
45 participar. Salientou que o intuito da avaliação institucional é ser um instrumento de gestão
46 importante também para os centros de ensino e os cursos, não somente para a reitoria.
47 Esclareceu que são os gestores da Universidade que devem prestar contas à comunidade
48 acadêmica acerca da utilização dos relatórios de avaliação da CPA como ferramenta de gestão.
49 Pediu para ser informado das alterações na composição da CPA para que atualize os dados no
50 sistema e-MEC. Registrou que sempre estará à disposição da CPA. A representante técnico-
51 administrativo **Lorena Neves Nobre de Freitas** ratificou que o controle das ações relacionadas à
52 gestão não é competência da CPA. Discorreu sobre o esforço de participar do processo de
53 autoavaliação institucional e, concomitantemente, realizar as atividades relacionadas ao cargo.
54 Relatou as dificuldades dos diretores de centro mobilizarem indivíduos para compor as CPACs.
55 Questionou se o caminho seria alterar a resolução que regulamenta o Processo Permanente de
56 Avaliação Institucional e reestrutura a CPA, Resolução 49/2016 – CUn, para fortalecer o processo
57 de avaliação na Ufes. Rememorou que no credenciamento de dois mil e dez ficou constatado
58 pelos avaliadores designados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
59 Teixeira (Inep) que os resultados da avaliação somente eram usados para alterar o Projeto
60 Pedagógico de Curso (PPC). Registrou que o PDI atual traz novos indicadores relacionados à
61 avaliação. Declarou que, para melhorar o conceito referente ao item avaliação, os gestores de
62 fato devem se apropriar do Relatório de Autoavaliação Institucional (RAI) como instrumento de
63 gestão. A representante técnico-administrativo **Deborah Provetti Scardini Nacari** resgatou que fez
64 parte da comissão no período de recuperação da CPA, com destaque para a participação
65 significativa de respondentes, o que validou os relatórios. Narrou brevemente as dificuldades das
66 Comissões Próprias de Avaliação de Curso e as motivações para o estabelecimento das atuais
67 CPACs. Assinalou que ainda não houve a mobilização esperada das CPACs e, no trajeto, muitas se
68 fragmentaram e/ou não se integraram à CPA. Registrou que o momento atual é de integrar as
69 CPACs. Justificou que, nessa conjuntura, importa dialogar com a Proplan e as direções dos centros
70 de ensino para que as CPACs tomem outra conotação visando ao efetivo funcionamento, assim
71 como a administração central deve fortalecer o trabalho em prol da autoavaliação institucional.
72 Notabilizou que em todas as reuniões vem pautando que nos eixos avaliativos figure o item
73 acessibilidade. O Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, **Rogério Naques**
74 **Faleiros**, falou das dificuldades que observou nas CPACs no que diz respeito a composição,
75 expansão, mobilização, fraquezas, desafios e fragmentação do processo avaliativo. Declarou que
76 a CPA se fortalece nas CPACs, o que justifica a necessidade de as CPACs serem fortalecidas.
77 Sublinhou que o formato atual das CPACs requer patrocínio da direção do centro, sensibilização
78 dos colegas e reconhecimento da importância. Afirmou que a CPA é uma comissão independente
79 que demanda um suporte administrativo da gestão, pois necessita de uma equipe fixa de apoio.
80 Sugeriu refletir junto ao Gabinete do Reitor e à Progep a designação de uma equipe permanente



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

81 de dois servidores para auxiliar a CPA. A representante docente **Margarete Farias de Moraes**
82 ponderou que a definição de planejamento a partir da avaliação e de sua análise é uma questão
83 de gestão. Indicou que, como prática de gestão a ser instituída, a Administração Central pode
84 estabelecer uma instrução normativa para definir como os gestores podem planejar ações a partir
85 dos relatórios da CPA. A representante docente **Leila Massaroni** falou dos instrumentos de
86 avaliação como ferramentas que podem subsidiar os gestores dos cursos no planejamento e da
87 necessidade de mostrar aos novos gestores a existência dessa possibilidade. Ratificou a
88 compreensão da CPA de que os processos avaliativos devem estar integrados. Assinalou que os
89 participantes desta reunião podem ser parceiros na construção e divulgação dessa concepção de
90 avaliação. Registrou que está prevista entre as ações da CPA a participação na reunião dos
91 diretores de centro. O Procurador Educacional Institucional, **Marcos Renato Lorenção**, sugeriu a
92 ida da CPA aos centros de ensino para mobilizar os gestores e demonstrar como as CPACs podem
93 realizar o trabalho de autoavaliação. A representante técnico-administrativo **Deborah Provetti**
94 **Scardini Nacari** expôs que concorda que as CPACs funcionarão bem se entenderem o trabalho a
95 ser feito e relatou alguns encaminhamentos. Falou da importância de demonstrar que o RAI é da
96 responsabilidade de todos, uma vez que o planejamento é feito pelas unidades organizacionais
97 de acordo com a realidade de cada uma delas. Recordou que as demandas relacionadas ao
98 orçamento devem ser encaminhadas à Proplan. O Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento
99 Institucional, **Rogério Naques Faleiros**, falou da possibilidade de a CPA atuar em uma das etapas
100 do Plano de Desenvolvimento Setorial, coordenado pela Proplan, para sensibilizar as unidades
101 organizacionais a utilizarem o RAI como uma referência no processo de planejamento e auxiliar a
102 CPA a disseminar uma cultura de avaliação. Fez saber que há diversos relatórios publicizados
103 relacionados ao orçamento que podem auxiliar na observação de indicadores da avaliação, entre
104 eles, inúmeros instrumentos para atender à legislação da transparência. Discorreu sobre as
105 aproximações com a gestão que precisam ser construídas para viabilizar as CPACs e identificar o
106 papel institucional dessas comissões. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi declarada
107 encerrada às quinze horas e, eu, Josefa Matias Santana, Secretária Executiva da Secretaria de
108 Avaliação Institucional, setor de apoio administrativo da CPA, lavrei a presente ata que, após lida
109 e aprovada, vai assinada por mim e demais membros presentes. Vitória, vinte e sete de outubro
110 de dois mil e vinte e um.

Josefa Matias Santana
Secretária Executiva
SEAVIN/UFES

Leila Massaroni
Membro da CPA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

**ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2021 DA COMISSÃO PRÓPRIA
DE AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

PRESENTES À REUNIÃO

NOME	ASSINATURA
Deborah Proveti Scardini Nacari	_____
Lorena Neves Nobre de Freitas	_____
Margarete Farias de Moraes	_____
Marcos Renato Lorenção	_____
Rogério Naques Faleiros	_____